

Indústria papelreira nos Territórios da Cidadania em Santa Catarina-Brasil

R. P. Julião ^(a), R. Knorek ^(b), R. Schick ^(c), J. Marchesan ^(d)

^(a) CICS.NOVA, FCSH/Universidade Nova de Lisboa, rpj@fcs.unl.pt

^(b) Universidade do Contestado -UnC, reinaldok@unc.br

^(c) Universidade do Contestado -UnC, rschick@uol.com.br

^(d) Universidade do Contestado -UnC, jairo.marchesan@gmail.com

RESUMO

O setor de Celulose e Papel tem atividades em mais de 500 municípios no Brasil, gerando mais de 128 mil empregos diretos e 640 mil indiretos. O artigo analisa a atuação socioeconômica da Indústria Papelreira e suas contribuições ao desenvolvimento nos Territórios da Cidadania em Santa Catarina. Em 2014 a atividade papelreira representou 12,20% da atividade econômica no Território Planalto Norte e 4,75% no Território Meio Oeste Contestado, demonstrando sua importância econômica territorial. O método utilizado no estudo foi o exploratório-descritivo, com a coleta de dados efetuada através da aplicação de um questionário nas empresas papelreiras, via consulta de informações disponibilizadas em sites oficiais das empresas e Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Comprova-se que a atividade papelreira é parte integrante das empresas em promover o emprego e renda nos territórios e, com isso, é um tema de grande relevância para a ciência da Geografia econômica e social.

Palavras chave: Território da Cidadania, Desenvolvimento Econômico, Indústria Papelreira, Geografia

1. O PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA - PTC

O governo do Brasil lança em 2008, no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o denominado Programa Território da Cidadania (PTC) que tem como principal objetivo – promover o desenvolvimento econômico, bem como, universalizar programas básicos de cidadania em territórios subdesenvolvidos. Para Knorek e Loch (2016), este programa de governo, tem como principal objetivo alavancar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania, em territórios com baixo dinamismo social existentes no Brasil. A partir de diagnósticos constituídos por meio de dados estatísticos, esses territórios foram classificados, conforme o decreto presidencial, que definiram as condições de enquadramento o PTC. Para as condições de enquadramento e classificação foi definido: o baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), grande número de beneficiários da política pública do Programa Bolsa Família (PBF); assentamentos da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas e territórios com maior número de municípios com baixo dinamismo econômico na geração de emprego e renda, pouco dinamismo industrial e tendo como principal atividade econômica a exploração agropecuária, principalmente, as atividades conexas à agricultura familiar. Para alguns territórios brasileiros, foi elaborado a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que circunscreveram a origem do programa Território da Cidadania.

Dentro deste programa de governo – PTC, o Estado de Santa Catarina foi contemplado com dois Territórios da Cidadania – dos 120 Territórios efetivados no Brasil -, para receberem investimentos, na forma de transferência voluntária do Estado, em ações voltadas à

melhorias de crescimento econômico, direitos e cidadania e, ações de fomento de infraestrutura voltados a agricultura familiar para o desenvolvimento territorial. Incluso, então, no PTC, Santa Catarina foi definido dois Territórios: o Meio Oeste Contestado - SC (TCMOC) e o do Planalto Norte – SC (TCPN). Segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2017), o Território Planalto Norte abrange uma área de 10.466,70 Km² e é composto por 14 municípios: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras. Já o Território Meio Oeste Contestado abrange uma área de 8.288,10 Km² e é composto por 29 municípios: Abelardo Luz, Água Doce, Bom Jesus, Capinzal, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d'Oeste, Ibicaré, Ipuacu, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Luzerna, Marema, Ouro, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão, Vargem Bonita, Xanxerê e Xaxim.

2. A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PAPEL

A atividade de fabricação de papel no Brasil iniciou na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1809. Já, no Estado de Santa Catarina a 1ª fábrica iniciou suas atividades econômicas no ano de 1912. O setor evoluiu muito a partir dos anos de 1950 e 1960, chegando aos anos de 1990, a representar 12% da produção de celulose do Brasil e de 17% para a produção de papel (FILHO, 2002). A matéria prima base para a produção da indústria papelreira é a celulose, obtida através dos reflorestamentos de *pinus* e *eucalipto*. Além disso, as aparas de papel para aquelas indústrias que têm, em sua atividade, a produção de papel através do processo de

reciclagem (BRACELPA, 2016). A indústria de papel produz vários tipos de papel. De acordo com Barrotti (1988), existe a produção de papéis para: impressão, escrever, embalagem, fins sanitários, cartões, cartolinas, papelão e especiais. Para cada tipo de papel há vários acabamentos.

“A indústria brasileira de papel e celulose apresentou um bom desempenho no período 1980/95, fundamentado basicamente no comércio internacional, uma vez que o consumo aparente do país foi incapaz de absorver todo o crescimento verificado na produção. A produção nacional de celulose e papel elevou-se de 2,87/3,36 milhões de toneladas de toneladas em 1980, para 5,44 5,85 milhões de toneladas, em 1995, respectivamente. Em 2007, o país produziu 9,0 milhões de toneladas de papel e 12 milhões de toneladas de celulose. Esses números posicionam o país como o sexto maior produtor mundial de celulose e o 12º maior produtor mundial de papel” (BRACELPA, 2009).

De acordo com TISSUE (2016), no ano de 2015, a produção de celulose cresceu 4,5%, atingindo 17,2 milhões de toneladas. Já a produção de papel se manteve praticamente estável, com 10,3 milhões de toneladas. As vendas de papel no mercado interno somaram 5,5 milhões de toneladas, com uma redução de 4,6% em relação a 2014. Há um conjunto de atividades envolvidas desde as matérias-primas até aos produtos comercializados que fazem parte das etapas de processamento, logística, máquinas e equipamentos, produtos intermediários distribuição, estando interligadas e dependente umas das outras (SOARES, 2010).

Em conjunto com o setor de papel e celulose, as florestas, a indústria de editoração e gráfica e ainda os segmentos distribuidores vinculados àquelas indústrias, constituem a cadeia produtiva da celulose e papel (BRACELPA, 2006). Fazem parte da cadeia produtiva da indústria de papel e celulose, os produtores de florestas, a silvicultura, seja fornecendo matéria-prima ou energia para as caldeiras, as indústrias de máquinas e equipamentos industriais, fornecedores de insumos e materiais auxiliares, prestadores de serviços que fazem a distribuição para que o produto esteja disponível ao consumidor seja através do atacadista ou varejista. Para que o produto da base florestal seja transformado em celulose e, posteriormente, em papel, são necessários vários processos de transformação deste produto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A INDÚSTRIA PAPELEIRA NO PTC EM SANTA CATARINA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa basearam-se no seu objetivo exploratório descritivo, tendo como procedimento o bibliográfico documental para realizar uma análise integrada de participação das atividades econômicas que têm ligação direta com a atividade papeleira nos territórios da cidadania. Os dados foram elaborados por meio de informações disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, pela Administração Tribu-

tária em relatórios de Movimento Econômicos dos Municípios. Os dados e informações foram coletadas por meio de questionário – com perguntas sobre a produção, matéria prima, mão-de-obra, meio ambiente, entre outros.

Assim sendo, os resultados foram: com relação ao número de colaboradores, 3 empresas que possuem até 100 funcionários, uma empresa é produtora de Embalagens, uma produz outros produtos e uma produz produtos de higiene pessoal. Das 4 empresas – entre 501 e 1.000 funcionários – 3 são produtoras de produtos de higiene pessoal e 1 é produtora de embalagens. Finalizando, das 3 empresas que possuem mais de 1.001 colaboradores, 2 são produtoras de papéis para embalagens e 1 é produtora de produtos de higiene pessoal. Sobre a remuneração dos colaboradores, 1 empresa tem como remuneração média até R\$ 1.750,00, sendo produtora de embalagens. Das entrevistadas há 4 entre R\$ 1.751,00 a R\$2.250,00 e destas, 3 são produtoras de produtos de higiene pessoal e 1 de outros produtos de papel, quanto a remuneração média acima de R\$ 2.751,00 têm 3 produtoras de papéis para embalagens e 2 produtoras de produtos de higiene pessoal.

Quando questionados sobre a matéria-prima, 3 empresas utilizam exclusivamente material reciclado e 7 empresas base florestal e material reciclado. Apenas 1 empresa utiliza matéria-prima importada. No que tange a se as empresas possuem reflorestamento, das entrevistadas 7 possuem, no entanto, apenas 3 destas se utilizam de suas florestas como geração de matéria-prima. As outras 4 empresas se utilizam destas florestas como fins de geração de energia ou ainda como outra fonte de receita. Em relação a geração de resíduos apenas 1 empresa relatou não gerar resíduos, esta é produtora de outros produtos de papel, 9 empresas geram resíduos sólidos independente do tipo de produção e 8 geram resíduos líquidos. Na questão do destino destes resíduos, das 6 empresas que possuem aterro industrial próprio, 3 são produtoras de papéis para embalagens e 3 produtoras de produtos de higiene pessoal. Dessas 3 empresas destinam seus resíduos para aterro industrial de terceiros. Quanto as licenças 100% das empresas possuem as licenças necessárias para seu funcionamento, 4 empresas possuem certificação de gestão sendo todas elas produtoras de papéis para embalagens, 6 empresas possuem sistemas de gestão ambiental.

No item, se possuem estação de tratamento de seus efluentes; dos entrevistados 7 possuem, sendo 4 empresas de produtos de higiene pessoal e 3 produtoras de papéis para embalagens. Foram identificados que ambos os segmentos foram contemplados com premiações ambientais como; Prêmio Fritz Muller, Empresa Cidadã, Expressão Ecológica, Prêmio ABTCP, na categoria Sustentabilidade e Certificação de Responsabilidade Sócio Ambiental (SC). Com relação a evolução das principais atividades das empresas nos dois Territórios: Território Cidadania Planalto Norte (TCPN) e Território da Cidadania Meio Oeste Contestado (TCMOC) destaca-se no quadro 1 a evolução entre os períodos de 2006 a 2014.

Quadro 1 - Evolução principais atividades nos Territórios da Cidadania/SC. Fonte: Dados da Pesquisa, (2016).

Atividades	TCPN		TCMOC	
	2006	2014	2006	2014
Produção Primária	21,51%	23,74%	40,16%	42,12%
Desdob.Madeira e Fabric.Móveis	19,13%	10,03%	1,39%	0,71%
Papel e Apoio Florestal	9,70%	13,55%	4,32%	4,89%
Laticínios e Alim.Animal	1,31%	1,36%	4,65%	6,01%
Abate e Produção Carne	0,37%	2,01%	12,45%	11,09%
Geração Transm.e Distrib.Energia	4,38%	3,32%	4,91%	6,03%
Transporte	3,80%	3,69%	4,23%	3,75%
Comércio em Geral	16,64%	17,42%	15,14%	13,76%
Fabricações Diversas	16,86%	20,28%	5,03%	6,97%
Outros	6,28%	4,58%	7,72%	4,67%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Por meio das informações apresentadas no quadro 1, é possível identificar que em ambos os territórios a atividade de produção primária é a que tem maior representatividade no movimento econômico dos municípios. Destacam-se no TCPN as atividades de produção primária, desdobramento de madeira e fabricação de móveis, papel e apoio florestal, comércio em geral além de fabricações diversas, ocorrendo no último período um incremento em todas estas atividades com exceção no desdobramento de madeira e fabricação de móveis que houve uma redução considerável. No TCMOC destacam-se as atividades de produção primária, abate e produção de carne além de comércio em geral. Por sua vez, no último período houve um acréscimo nas fabricações diversas e decréscimo no comércio em geral.

No gráfico 1 tem-se que no TCPN a atividade papelreira apresenta crescente e significativo valor adicionado. Afinal, no ano de 2006 representava 7,24% e no ano de 2014 passou para 12,20%. Isto representa incremento considerável na arrecadação econômica do território. Já, no TCMOC esta atividade manteve-se com valores próximos nos períodos analisados sendo 4,06% em 2014 e 4,75% para o ano de 2014. Na atividade de apoio florestal no TCPN representou em 2,47% em 2006 e 1,35% para o ano de 2014. Da mesma forma, houve redução da representatividade desta atividade no valor adicionado do TCMOC, sendo 0,25% em 2006 e 0,14% em 2014.

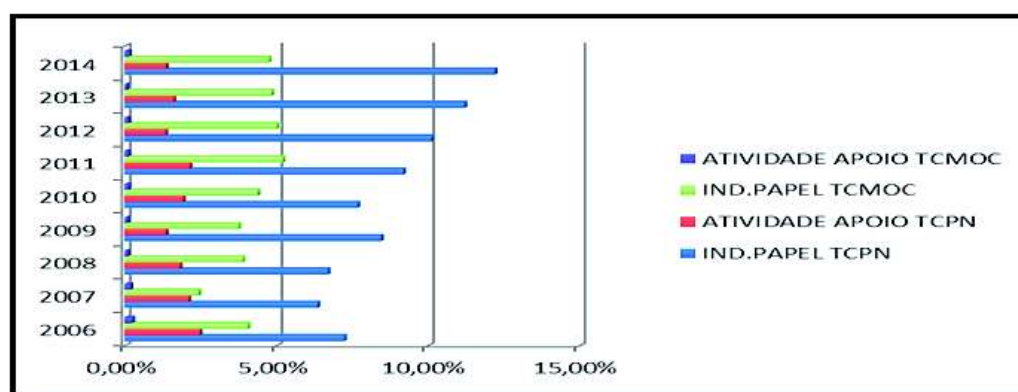


Gráfico 1 - Valor adicionado das papelereiras entre 2006 e 2014. Fonte: Dados da Pesquisa, (2016).

Com isso é possível identificar que a atividade papelreira tem significância maior no valor adicionado do TCPN do que para o TCMOC, sendo que individualmente para seus municípios onde as empresas estão instaladas tem função econômica essencial, independente de qual território está inserida. O valor médio dos salários da indústria de transformação no Brasil se comparando com o Sul do País tem uma redução em sua diferença. Ou seja, o valor médio do salário na indústria de transformação no Sul do País foi mais valorizado nos

últimos anos do que na média Nacional.

Quanto ao número de vagas de trabalho no setor papelreiro nos dois territórios, observa-se no gráfico 2 que esta diminuição das vagas formais de forma acentuada no ano de 2015. É possível identificar no gráfico 2 as linhas da evolução do emprego formal com ajustes, entre contratações e demissões das atividades gerais e, também, das indústrias de transformação no TCPN na qual a atividade papelreira está inserida.

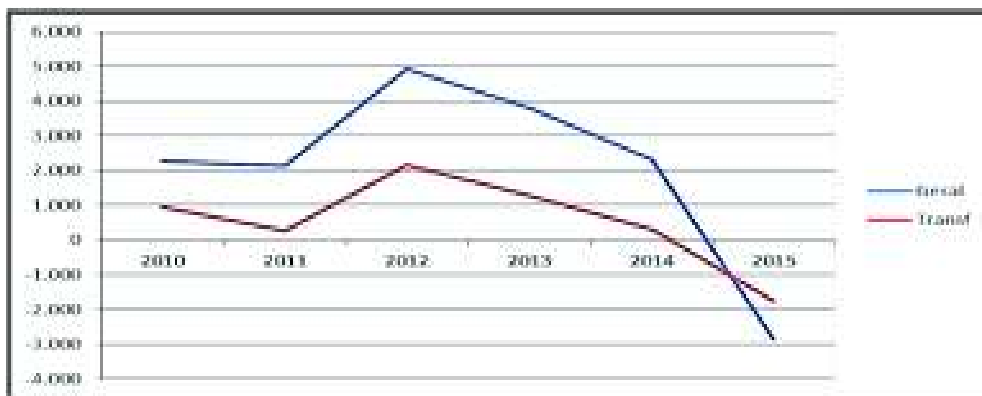


Gráfico 2 - Evolução emprego formal com ajuste TCPN. Fonte: Schick, (2016, p. 155).

De acordo com Schick (2016), no gráfico 3 as linhas dos saldos de vagas estão apresentando uma semelhança entre o item geral e de transformação. Vale ressaltar que no TCPN houve uma redução das vagas no

item geral de -2.842 vagas que representa 4,85% e das vagas do item transformação uma redução nas vagas de 1.741 que representa uma redução de 4,79% das vagas de Santa Catarina.

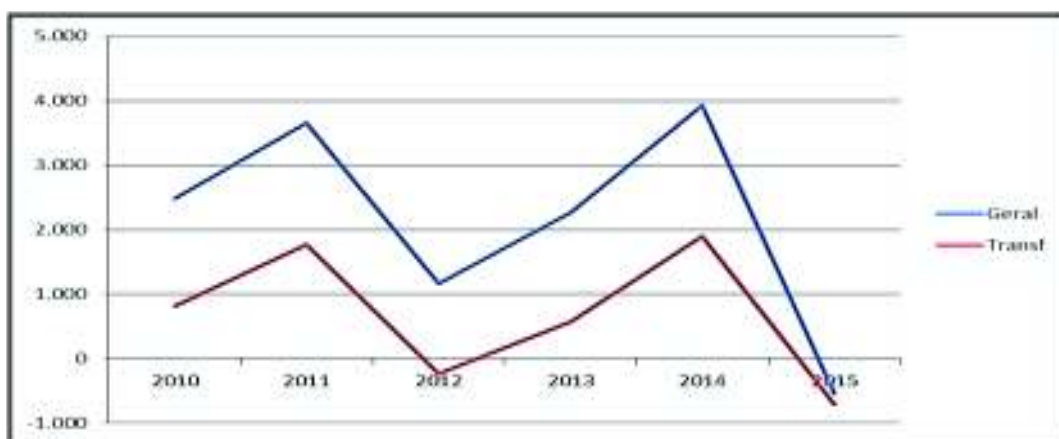


Gráfico 3 - Evolução emprego formal com ajuste TCMOC. Fonte: Schick, (2016, p.157).

No gráfico 3 conforme Schick (2016), as linhas dos saldos de vagas estão apresentando uma variação semelhante entre os períodos de 2010 e 2015, mas o item geral teve uma redução de -545 que representa -0,93% das vagas e o item transformação com uma redução de -708 que representa -1,95% quando comparando com as reduções do Estado de Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados a partir da aplicação do questionário identificou-se uma preocupação destas empresas com relação a aspectos sociais e ambientais nos dois Territórios da Cidadania.. Praticamente todas as empresas são formadas por capital Nacional/Estadual. As empresas possuem número expressivo de colaboradores, o que representa um dado relevante pelo aspecto social, se mantendo estas pessoas nos Territórios, não necessariamente são colaboradores oriundos apenas das cidades sedes, mas dos municípios vizinhos. Verificou-se que a média salarial para estas empresas na grande maioria está pouco acima da média nacional para a indústria de transformação, o que representa maior movimentação econô-

mica para estes Territórios. Para o aspecto ambiental constatou-se que todas as empresas têm preocupações com esta questão, pois, informaram dar o destino adequado para os resíduos industriais. Observou-se, também, a existência da percepção da importância da atividade na economia Territorial e Regional, assim se tornando ainda mais importante a manutenção destas empresas. Em relação às informações econômicas verifica-se a importância para os Territórios a atividade papelreira, com maior relevância para o TCPN, onde em 2014 teve uma participação de 13,55% no movimento econômico. Já para o TCMOC esta participação representou 4,89% do movimento econômico. Em ambos os Territórios a atividade de maior representatividade no movimento econômico foi a Produção Primária.

Vale destacar a importância do setor papelreiro para alguns municípios como, por exemplo Três Barras no TCPN que esta atividade representa 71,53% do valor adicionado no município. Já no TCMOC no município de Vargem Bonita com uma representatividade de 65,46% e o município de Faxinal dos Guedes com 23,59% do valor adicionado Foi possível identificar que para o TCMOC a atividade papelreira vem se mantendo ou com um leve

incremento do valor adicionado do Território na faixa de 5,00% no período 2006 a 2014. Já, para o TCPN este incremento é significativo, passando da faixa de 7,00% para 13,00% neste mesmo período.

Por fim, isso demonstra a importância econômica e social para o desenvolvimento destes Territórios e também do Estado de Santa Catarina, com a introdução de marcas sólidas para todo o mercado Nacional, que é o grande foco destas empresas em busca de sustentabilidade das atividades papelreiras e, assim, contribuir para o desenvolvimento regional e territorial.

5. AGRADECIMENTO

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA.FCSH/UNL), UID/SOC/04647/2013, com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais e quando aplicável cofinanciado pelo FEDER no Âmbito do acordo de parceria PT2020.

6. BIBLIOGRAFIA

BARROTI, Sandra Lia Baptista (1988). Tipos de papel. In D'ALMEIDA, Maria Luiza Otero. (Coord). *Celulose e Papel Tecnologia de fabricação do papel*. 2ª edição. São Paulo: IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A.

BRACELPA Associação Brasileira de Celulose e Papel (2016, 13 de maio). Processo produtivo papel. Disponível em: <http://bracelpa.org.br/bra2/?q=node/169>.

BRASIL (2016, junho). Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2017).

BRASIL (2017, abril). Portal da cidadania do Governo Federal.

FILHO, Alcides Goularti (2002). Formação econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura.

KNOREK, Reinaldo, LOCH Carlos (Org.) (2016). Território da Cidadania em Santa Catarina: Diagnósticos e Estudos. Curitiba: CRV.

SCHICK Rene (2016). Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no setor papelreiro. In: KNOREK, Reinaldo (Org.). *Território da cidadania, políticas e desenvolvimento*. Curitiba: CRV.

SOARES, Naisy Silva. *et al.* (2010). A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. *FLORESTA*, 40 (1), 1-22.

TISSUE (2017, maio). Indústria de papel e celulose avalia que 2016 será de cautela. Disponível em: <http://tissueonline.com.br/industria-de-papel-e-celulose-avalia-que-2016-sera-de-cautela/>.